

Com exceção do PT e do PDS de Maluf, partidos deverão apoiar Sarney

por César Borges
de Brasília

Com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Social (PDS) malufista, as demais lideranças parlamentares ouvidas por este jornal acreditam que Sarney terá o apoio de toda a sociedade e da maioria no Congresso Nacional para governar. O líder do PT na Câmara, José Genoíno, eleito por São Paulo, afirmou a este jornal que não há hipótese de o seu partido vir a apoiar o governo do presidente José Sarney. Ele não explicou se isto afastava ou não a possibilidade de ser editado um pacto social, mas foi enfático: "Não se cogita de apoiar Sarney".

O líder do Partido da Frente Liberal no Senado, Carlos Chiarelli, destacou "que a Nova República transcende o seu criador. Dela ele foi o arquiteto, mas os engenheiros serão todos os brasileiros". Mas disse também que, para se manter no poder, José Sarney terá de encaminhar todas as reformas que constam dos compromissos assumidos em praça pública. Na mesma linha de raciocínio, o presidente do Partido da Frente Liberal, senador Jorge Bornhausen, lembrou que o documento assinado pelo deputado Ulysses Guimarães, pelo então candidato Tancredo Neves e os representantes da Frente Liberal, os senadores José Sarney e Marcos Maciel, em 7 de agosto de 1984, "é o documento que vai fazer com que a Aliança Democrática permaneça sólida, apoiando José Sarney para conseguir fazer um governo à altura dos compromissos assumidos com o povo".

O líder do governo no Senado, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), acha que as "responsabilidades cresceram, mas que a nova forma de governar o Brasil já está delineada: estava apenas contida pela enfermidade do presidente Tancredo Neves". Ao final da sessão conjunta do Congresso Nacional, pela manhã, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, comentou que "Tancredo não é insubstituível" e fez uma imagem onde colocou o piloto de um avião que tem um ataque cardíaco em pleno voo e morre, passando

do então a ser insubstituível. Segundo o ministro da Justiça, Tancredo Neves trouxe para todos a indicação da mudança "e o presidente José Sarney deixou claro em seu pronunciamento que vai cumprir todas as metas e objetivos da Aliança Democrática: Constituinte em 1986, eleições municipais neste ano e uma nova forma de conduzir a política econômica, com a realização da reforma agrária". Nesse sentido, disse ainda: "Hoje, 22 de abril, Sarney assume com o apoio de todo mundo, não só da Aliança Democrática".

O deputado Nelson Marchezan (PDS-RS), que lidera a ala não-malufista de seu partido na Câmara, acredita que, apesar de todo o apoio que o novo presidente da República está obtendo, Sarney vai precisar ampliar sua base no Congresso, mas que isso só poderá ser feito por ele mesmo. "Ele é que deverá buscar a maneira de fazer isso", destacou.

O líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), acha que "Tancredo fará falta não só politicamente, mas administrativamente também". E acredita que "a Aliança Democrática terá forças suficientes no Parlamento e na sociedade para apoiar a atuação de Sarney". Sobre a proposta de Marchezan, comentou: "Os novos apoios políticos precisam ser vistos com boa vontade e com reflexão, para que não representem ganhos de um lado e perdas de outro".

Com muita cautela, as lideranças políticas no Congresso se referiram à possibilidade de Sarney comandar uma reforma ministerial, além de se referirem ao Ministério como sendo de Tancredo, e, como os demais compromissos, deve ser mantido. Os políticos acham que num regime presidencialista não há ministro insubstituível. Todos estão com seus cargos à disposição, pois são da confiança pessoal do presidente da República. O deputado Pimenta da Veiga chegou mesmo a lembrar que em maio do próximo ano muitos ministros se desincompatibilizam para disputar cargos eletivos. "Por que fazer uma reforma agora, se vai haver outra mais adiante?" perguntou.